	
CARTÓRIO NOTARIAL DO PORTO	
Notário: Alex Jan Himmel	
Liv.	84-A
Fls.	145 1/

ALTERAÇÃO TOTAL DE ESTATUTOS

_____ No dia quinze de Julho de dois mil e onze, no Cartório Notarial do Porto, sito na Avenida dos Aliados, número 236, 3º andar, direito, perante mim, **Alex Jan Himmel**, Notário do Cartório, compareceu como outorgante: _____

_____ **Dr. HELDER FIRMINO RIBEIRO**, (Carta de Condução, nº P – 480500 0, emitida em 09.04.2002, pela DGV – Porto) casado, natural da freguesia de Santa Leocádia, do concelho de Chaves, e residente na Rua do Estrela e Vigorosa Sport, nº 605, Bloco 1, 1º A, freguesia de Bonfim, do concelho do Porto; _____

_____ que outorga na qualidade, de **Presidente da Direcção** da associação denominada, _____

_____ **“SPORTING CLUB DA CRUZ”**, com sede na Rua Fonte do Outeiro, nº 521, freguesia de Paranhos, do concelho do Porto, pessoa colectiva número **501 456 899**, _____

_____ tendo verificado a qualidade e suficiência de poderes para este acto, pela acta da reunião da Assembleia Geral, realizada em catorze de Maio e pela acta da Direcção realizada em dois de Junho, ambas do ano corrente, cujas cópias certificadas arquivo. _____

_____ Verifiquei a identidade do outorgante pelo referido documento de identificação. _____

_____ **DECLARA O OUTORGANTE NA INDICADA QUALIDADE:** _____

_____ Que, em execução do deliberado nas referidas reuniões da Assembleia Geral e Direcção, altera **totalmente** o estatuto da referida associação, que vai reger-se pelas cláusulas constantes do documento

complementar, que apresenta, e fica a fazer parte integrante desta escritura, elaborado nos termos do número dois do artigo sessenta e quatro, do Código do Notariado, e cujo conteúdo perfeitamente conhece, dispensando a sua leitura. _____

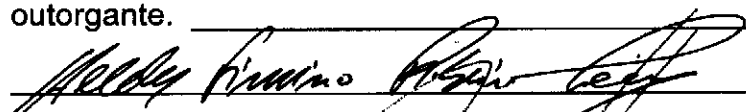
_____ **ARQUIVO:** _____

_____ O referido documento complementar. _____

_____ **EXIBIRAM:** _____

_____ O certificado de admissibilidade emitido em 04 de Julho de 2011, no Registo Nacional de Pessoas Colectivas, com o número 2011030067 e o código 2237-4607-4053. _____

_____ Esta escritura foi lida e feita a explicação do seu conteúdo ao outorgante. _____

 _____

O Notário,

 _____

Conta registada sob o nº 786/001/2011 . 1. /



DOCUMENTO COMPLEMENTAR

SPORTING CLUBE DA CRUZ

ESTATUTOS APROVADOS EM ASSEMBLEIA GERAL DE 14 de Maio de 2011

CAPITULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, NATUREZA, ÂMBITO, MEIOS E DURAÇÃO DO CLUBE

Artigo 1º

O Sporting Clube da Cruz é um clube desportivo, constituído como pessoa colectiva de direito privado e declarado de utilidade pública sendo vedadas, na sua actividade e nas suas instalações, manifestações de natureza político-partidária e de proselitismo religioso.

ARTIGO 2º

1 – O Sporting Clube da Cruz tem a sua sede na Rua Fonte do Outeiro, nº 521, na Freguesia de Paranhos do Concelho do Porto.

2 – Outras instalações destinadas a prossecução dos seus objectivos poderão ser propriedade do Clube ou ocupadas por cessão, arrendamento ou outro título legítimo

ARTIGO 3º

1 - O Sporting Clube da Cruz é uma unidade indivisível constituído pela totalidade dos seus associados que, nos termos dos presentes estatutos, se podem congregam em núcleos e organizações no território nacional.

2 - No Sporting Clube da Cruz não se fará distinção de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social, sendo únicos critérios de qualificação dos sócios a respectiva antiguidade, os galardões atribuídos e a contribuição que derem ao Clube.

ARTIGO 4º

1 – O Sporting Clube da Cruz tem como fins a educação física, o fomento e a prática do desporto, tanto na vertente da recreação como na de rendimento, as actividades culturais e recreio tendo sempre em vista o apoio social e desenvolvimento cultural dos seus atletas e associados quanto, nesse âmbito, possa concorrer para o engrandecimento do desporto e do País.

[Handwritten signature]
2
-7

ARTIGO 5º

1 - Com o objectivo de realização dos fins consignados no artigo anterior e de obter meios destinados à prossecução dos mesmos, o Sporting Clube da Cruz pode fazer quanto seja adequado e permitido por lei, em benefício da actividade desportiva, cultural e recreativa geral do Clube designadamente:

- a) Exercer actividades comerciais sem incidência directamente desportiva;
- b) participar em sociedades comerciais de responsabilidade limitada, ainda que, reguladas por leis especiais;
- c) tomar quaisquer outras participações, mesmo estáveis, e entrar em quaisquer associações com fins económicos, designadamente associações em participação ou consórcios;

2 - Sem prejuízo das competências atribuídas por estes estatutos a outros órgãos, designadamente à Direcção, o Clube só poderá tomar qualquer das iniciativas previstas no número anterior com base em deliberação favorável da Assembleia Geral, salvo quando estiverem em causa actos de gestão corrente.

ARTIGO 6º

A duração do Sporting Clube da Cruz é por tempo indeterminado.

CAPITULO II

SÍMBOLOS, EMBLEMAS, BANDEIRAS E OUTROS DISTINTIVOS DO CLUBE

ARTIGO 7º

1 – São insígnias do Sporting Clube da Cruz o Emblema a Bandeira e o Hino já aprovadas em Assembleia – Geral.

2 – O emblema é em forma de escudo triangular tem como símbolo uma cruzada encimada por uma bola, ladeada à direita pela cor verde e à esquerda pela cor amarela, com as iniciais S.C.C., sendo as duas primeiras nos cantos superiores e a terceira no fundo, ao centro.

3 – A Bandeira é representada por um rectângulo com as cores verde e amarela, tendo ao centro o emblema do clube.


3
—

ARTIGO 8º

O equipamento para as modalidades desportivas é constituído por camisola e calção e meias que terão no seu conjunto as cores verde e amarelo.

Parágrafo único – Quando por imposição regulamentar de qualquer prova, ou outro motivo justificável, for necessário mudar o tipo estabelecido no corpo deste artigo, deve adaptar-se outro equipamento com uma ou ambas as cores.

CAPITULO III

NÚCLEOS

ARTIGO 9º

1 – Os Núcleos do Sporting Clube da Cruz são agrupamentos de Sócios do clube que na sua área de influência e actividade promovem a defesa das tradições e prestígio Sporting Clube da Cruz e colaboram na difusão e prossecução dos seus fins subordinando sempre a sua actividade à tutela da Direcção.

2 – As propostas para o estabelecimento e constituição de Núcleos do Sporting Clube da Cruz serão apresentadas à Direcção e estão dependentes da aceitação por aquele Órgão que ulteriormente, e após assentimento expresso, as submeterá à Assembleia – Geral para ratificação da aceitação.

3 – A Assembleia – Geral, por proposta da Direcção, tem competência para suspender ou extinguir qualquer Núcleo.

CAPITULO IV

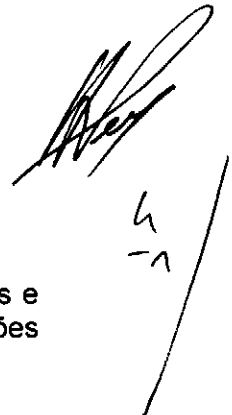
PRINCIPIOS FUNDAMENTAIS

ARTIGO 10º

O Sporting Clube da Cruz dedicará todo o seu empenho às competições, à animação desportiva, cultural e recreativa que desenvolva de forma a alcançar os objectivos definidos.

ARTIGO 11º

O Sporting Clube da Cruz exerce a sua actividade com total independência, dentro dos princípios de fraternidade e equidade, buscando a harmonia entre os seus associados,



clubes congéneres, colectividades de cultura e recreio e demais entidades públicas e privadas que visem atingir fins de interesse geral nomeadamente Instituições Particulares de Solidariedade Social.

ARTIGO 12º

O Sporting Clube da Cruz pauta a sua conduta interna pela liberdade de opinião, discussão e exercício dos valores de igualdade, fraternidade e solidariedade.

CAPITULO V

OBJECTIVOS

ARTIGO 13º

Os objectivos principais do Sporting Clube da Cruz são:

- a) Fomentar e desenvolver o Desporto, a Cultura e o Recreio entre os associados.
- b) Promover soluções para a criação de áreas de prática desportiva, cultural e recreativa, efectuando o integral aproveitamento dos espaços e instalações disponíveis.
- c) Participar em provas instituídas pelas entidades responsáveis pela organização das competições no seio do Desporto Nacional, especialmente nas que são promovidas pelas Associações Distritais das diversas modalidades, a Associação de Futebol do Porto e a Federação Portuguesa de Futebol.

ARTIGO 14º

Para a concretização dos seus propósitos e finalidades, o Sporting Clube da Cruz deve:

- a) Assegurar uma gestão equilibrada, rigorosa e transparente na sua área económica – financeira de forma a cumprir todas as responsabilidades assumidas.
- b) Promover formas de financiamento na vertente comercial e financeira, estabelecendo para o efeito as actividades consideradas adequadas.
- c) Divulgar uma informação ampla e esclarecedora junto dos Sócios.
- d) Dinamizar e incentivar a participação dos seus Sócios em todos os assuntos e actividades do clube.



CAPITULO VI
DOS SÓCIOS
SECÇÃO I
CLASSIFICAÇÃO

ARTIGO 15º

1 - Podem adquirir a qualidade de sócios do Sporting Clube da Cruz as pessoas singulares e colectivas que hajam sido propostas e satisfaçam os condicionalismos prescritos nestes estatutos classificando-se em contribuintes e não contribuintes conforme se encontrem sujeitos ou não à obrigação do pagamento de quotas.

2 - Não podem ser admitidas como sócios as pessoas singulares ou colectivas que tenham contribuído, por comportamentos considerados indignos, para o desprestígio de qualquer instituição desportiva, cultural ou recreativa ou às quais, pelo seu comportamento, não seja reconhecida idoneidade para serem sócios do Sporting Clube da Cruz.

3 - A admissão de pessoas colectivas está sujeita às restrições consignadas no número 2.

4 - O número de sócios não tem outros limites senão os que derivam de condicionalismos da sua qualificação; pertence, porém, à Direcção deliberar sobre a admissão de novos sócios contribuintes.

5 - Pelo menos de cinco em cinco anos deve ser feita a renumeração de sócios.

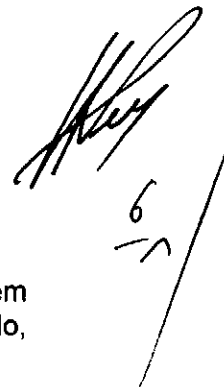
ARTIGO 16º

Os sócios contribuintes, sujeitos ao pagamento de quotas, são classificados nas seguintes categorias:

Classe A – Sócios efectivos – todos os sócios maiores de dezoito anos de idade, que integram, de modo permanente e directo, a vida do Clube, contribuindo designadamente para a sua manutenção e desenvolvimento, e aos quais, por isso mesmo, cabe a plenitude dos direitos estabelecidos nestes estatutos.

Classe B – Sócios Menores (dos 13 anos inclusive até aos 18 anos exclusive).

Classe C – Sócios Infantis – os sócios de idade inferior a doze anos.



Classe D – Sócios Atletas – os sócios que representam o Sporting Clube da Cruz em competições oficiais, enquanto o representarem, e que como tais hajam, a seu pedido, sido admitidos.

Classe E – Correspondentes – os sócios que residam a mais de cinquenta quilómetros da cidade do Porto e que como tal sejam por decisão da Direcção admitidos.

Classe F – Sócios Colectivos.

ARTIGO 17º

Os Sócios não contribuintes são classificados em:

- a) Sócios de Mérito
- b) Sócios Honorários

ARTIGO 18º

A inscrição na categoria de Sócios Correspondentes pode ser facultada, por decisão da Direcção, a quem resida a mais de 50 km da cidade do Porto.

ARTIGO 19º

São Sócios Colectivas as pessoas colectivas que como tal admitidos terão os deveres e direitos definidos pelos presentes Estatutos e demais condições definidas pela Direcção.

ARTIGO 20º

São Sócios de Mérito aqueles que pelos relevantes serviços prestados ao Clube sejam como tal reconhecidos em Assembleia – Geral sob proposta da Direcção.

ARTIGO 21º

São Sócios Honorários aqueles que se notabilizem por actos que enriqueçam o prestígio do Clube, do Desporto, da Educação Física e da Cultura e que sejam como tal reconhecidos em Assembleia – Geral sob proposta da Direcção.

ARTIGO 22º

Podem ser Sócios do Sporting Clube da Cruz Clube, na classe que lhes competir, todos aqueles que para tal hajam sido propostos por pelo menos um Sócio e satisfaçam as condições estabelecidas nestes Estatutos e demais condições a definir pela Direcção.



ARTIGO 23º

A admissão de Sócios contribuintes é da exclusiva competência da Direcção.

ARTIGO 24º

A readmissão de Sócios processar-se-á nas mesmas condições da admissão perdendo, contudo, o número de Sócio que anteriormente possuía.

ARTIGO 25º

Sob proposta da Direcção é admitida a criação pela Assembleia Geral de outras categorias de sócios com especificação dos seus direitos e deveres.

ARTIGO 26º

A todos os sócios é emitido e entregue o respectivo cartão de identificação.

SECÇÃO II

DEVERES DOS SÓCIOS

ARTIGO 27º

Os sócios têm por deveres:

- a) Honrar e prestigiar o Clube em todas as circunstâncias, designadamente quando em sua representação ou no exercício de funções para que tenham sido indigitados pelo mesmo.
- b) Pagar pontualmente as suas quotas e demais contribuições pecuniárias a que se achem obrigados nos termos estatutários.
- c) Cumprir as disposições dos Estatutos do Clube e dos regulamentos que no seu âmbito tenham sido criados.
- d) Congregar-se exclusivamente nos termos e condições estabelecidos nos presentes estatutos;
- e) Acatar as resoluções da Assembleia – Geral e cumprir as determinações da Direcção.
- f) Aceitar o exercício dos cargos para que sejam eleitos ou nomeados e exercê-los com exemplar conduta moral e cívica, zelo, assiduidade e em conformidade com a orientação definida pelos órgãos sociais do Clube;



- g) Zelar pela coesão interna do Clube;
- h) Manter impecável comportamento moral e disciplinar de forma a não prejudicar os legítimos interesses do Sporting Clube da Cruz, nomeadamente defendendo e zelando pelo património do Clube;
- i) Comunicar à Direcção no prazo máximo de sessenta dias a mudança de residência.
- j) Participar activamente na vida do clube.
- l) Desempenhar com zelo e assiduidade todos os cargos para que forem eleitos ou nomeados.

SECÇÃO III

DIREITOS DOS SÓCIOS

ARTIGO 28º

1 - Constituem direitos dos Sócios:

- a) Participar nas Assembleias Gerais do Clube, apresentar propostas, intervir na discussão e votar;
- b) Eleger e ser eleito para órgãos sociais quando maiores de idade;
- c) Requerer a convocação de Assembleias Gerais extraordinárias, nos termos dos presentes estatutos;
- d) Propor a admissão de sócios e recorrer, para a Assembleia Geral, das deliberações da Direcção que tenham rejeitado a proposta;
- e) Receber e usar as distinções honoríficas e os galardões previstos nestes estatutos;
- f) Pedir a exoneração de sócio;
- g) Frequentar as instalações sociais e desportivas, bem como utilizar-se delas em harmonia com os regulamentos internos e as prescrições directivas.
- h) Manter-se informado das actividades do clube.
- i) Propor e sugerir à Direcção todas as medidas que acham convenientes para os interesses do Sporting Clube da Cruz.
- j) Solicitar a suspensão temporária do pagamento de quotas e outras contribuições pecuniárias a que se ache obrigado quando por razões e força maior ou motivos ponderosos não o possa fazer, cabendo à Direcção a competente decisão.

2 – Os sócios das classes B, C e D (Infantis, Menores e Atletas) não usufruem dos direitos previstos nas alíneas a), b), c) e d) enquanto mantiverem aquelas categorias de associado.

3 – Os sócios da Classe F (Colectivos) não podem beneficiar do direito previsto na Alínea b) do n.º 1. E deverão comunicar por escrito à Direcção, o nome e identificação do seu representante para efeito dos demais direitos e deveres previstos nos presentes estatutos.



ARTIGO 29º

O Sócio considera-se na plenitude dos seus direitos quando tenha todas suas quotas e contribuições pecuniárias em dia para com o Clube ou não penda sobre ele qualquer processo disciplinar ou sanção de suspensão.

ARTIGO 30º

Aos Sócios de Mérito e Sócios Honorários é facultado, se o desejarem, pagamento de quotas e outras contribuições pecuniárias.

ARTIGO 31º

1 - As quantias e demais condições a satisfazer para cada categoria de sócio, tanto de jóia como de quota, serão fixadas em Assembleia Geral, mediante proposta da Direcção.

2 - As quotas mensais consideram -se vencidas no primeiro dia do mês a que respeitam e devem ser liquidadas no decurso do mesmo.

3 - O valor das quotas dos sócios colectivos será, no mínimo, igual a duas vezes o valor da quota dos sócios efectivos.

SECÇÃO IV

SANÇÕES DISCIPLINARES

ARTIGO 32º

1 - São punidos disciplinarmente os sócios que cometam alguma das seguintes infracções:

a) desrespeitar os estatutos, regulamentos internos do Clube e deliberações dos órgãos sociais;

b) Injuriar, difamar e ofender os órgãos sociais do Clube ou qualquer dos seus membros, durante ou por causa do exercício das suas funções;

c) Proferir expressões ou cometer actos, dentro das instalações do Clube, ofensivos da moral pública;

d) Atentar contra, prejudicar ou por qualquer outra forma impedir o normal e legítimo exercício de funções dos órgãos sociais do Clube.

2 - As sanções aplicáveis, em conformidade com a gravidade da falta, são as seguintes:

a) Admoestação;

- b) Repreensão registada;
- c) Suspensão temporária;
- d) Expulsão.

3 - As sanções deverão ser especialmente agravadas quando as infracções tenham sido praticadas por membros dos órgãos sociais em exercício de funções, implicando para o infractor, em caso de expulsão ou suspensão temporária superior a sessenta dias, a imediata perda do mandato.

4 - Compete à Direcção a instauração e organização de qualquer processo disciplinar, bem como a deliberação quanto à sanção a aplicar, devendo para o efeito ter em conta o disposto nos presentes estatutos, nos regulamentos internos em vigor e na legislação vigente aplicável; nenhuma deliberação sobre aplicação de sanção poderá ser tomada sem que o arguido tenha sido ouvido.

5 - Da aplicação de qualquer das sanções previstas nas alíneas c) e d) do nº 2 deste artigo cabe recurso para a Assembleia Geral, com efeito meramente devolutivo no caso da alínea c), e com efeito suspensivo no caso da alínea d), a interpor no prazo de 8 dias úteis, contado da data da notificação da sanção que foi aplicada.

6 - A suspensão temporária não pode exceder o prazo de um ano.

7- A admoestação não constará da ficha de sócio.

8 - A exclusão de sócio, pelo motivo de não ter pago quotas por um período superior a um ano, e de não ter da sua atitude dado conhecimento por escrito ao Clube, não constitui sanção disciplinar, mas mero acto administrativo que se insere na competência genérica da Direcção.

9 - A aplicação das sanções previstas nas alíneas a), b) e c) do nº 2 do presente artigo é da competência da Direcção.

10 - A aplicação de sanção prevista na alínea d) do nº 2 do presente artigo é de competência de Assembleia – Geral sob proposta da Direcção ou Conselho Fiscal.

ARTIGO 33º

1 - A nenhum sócio é lícito ceder o respectivo cartão de associado a outrem, sob pena de o mesmo lhe ser apreendido, independentemente de eventuais sanções previstas no Artigo anterior.

2 - Em caso de reincidência, a penalidade aplicável será obrigatoriamente a da alínea d) do nº 1 do Artigo anterior.

ARTIGO 34º

A Admoestação consiste na comunicação por escrito ao Sócio dos actos porque foi apreciado o seu procedimento com menção das normas estatutárias ou regulamentares violadas.

ARTIGO 35º

A repreensão registada consiste na comunicação por escrito ao Sócio, dos actos porque foi apreciado o seu procedimento com menção das normas estatutárias ou regulamentares violadas, sendo tal sanção averbada na respectiva ficha de sócio.

ARTIGO 36º

A suspensão consiste na inibição dos direitos do sócio durante o período estabelecido na sanção, mantendo contudo o seu vínculo de associado e os deveres previstos nas alíneas a), b), c), e), g) h) e i) do Art. 28º.

ARTIGO 37º

A expulsão consiste na exoneração e extinção da qualidade de Sócio do Clube.

ARTIGO 38º

Constitui motivo de exclusão da qualidade de Sócio o não cumprimento do previsto na alínea b) do Art.º 27 pelo período de um ano.

ARTIGO 39º

Compete à Assembleia – Geral a aplicação das sanções previstas no nº 2 do art.º 32º aos membros dos Órgãos Sociais.

ARTIGO 40º

A aplicação de qualquer das sanções previstas nas alíneas b), c) e d) do nº 2 do Art.º 32º fica dependente de processo disciplinar.

ARTIGO 41º

Cabe unicamente à Direcção a aplicação de sanção disciplinar a funcionários do Clube quando no desempenho e exercício de funções de acordo com a legislação laboral em vigor.

[Handwritten signature]
12
/

SECÇÃO V

READMISSÃO DE SÓCIOS

ARTIGO 42º

1- Podem reingressar nos quadros sociais do Clube os antigos associados:

- a) Exonerados a seu pedido;
- b) Excluídos por falta de pagamento de quotas;
- c) Expulsos, mediante processo disciplinar, quando, em Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito, for aprovada a sua readmissão por maioria de três quartos dos votos expressos, sob parecer favorável da Direcção e Conselho Fiscal.

2 - O sócio excluído por falta de pagamento de quotas será readmitido se, no acto de reingresso, pagar as quotas em débito mas acrescidas do valor da nova jóia na data de readmissão.

3 - É considerada como ininterrupta a inscrição contada nos termos dos nºs. 2 e 3

4 - A renumeração dos associados deverá ser efectuada pelo menos uma vez de cinco em cinco anos.

SECÇÃO VI

LOUVORES E GALARDÕES

ARTIGO 43º

O Sporting Clube da Cruz institui as seguintes distinções:

- a) Louvor de Direcção;
- b) Louvor de Assembleia – Geral;
- c) Emblema Especial de Dedicção em Prata;
- d) Emblema Especial de Dedicção em Ouro.

[Handwritten signature]
13/

ARTIGO 44º

O Louvor da Direcção consiste na comunicação escrita do apreço e reconhecimento por actos praticados.

ARTIGO 45º

O Louvor de Assembleia Geral consiste na aprovação pela Assembleia – Geral de uma proposta traduzindo o apreço e reconhecimento por actos praticados.

ARTIGO 46º

1 – Os Emblemas Especiais de Dedicação em Ouro ou Prata destinam-se a distinguir os Sócios que completaram respectivamente 50 e 25 anos de filiação no Clube e não possuam averbado qualquer registo disciplinar.

2 – A atribuição dos Emblemas Especiais de Dedicação será efectuada em cerimónia pública, no mês do aniversário do Clube.

CAPITULO VII

REGIME ECONÓMICO – FINANCEIRO

SECÇÃO I

AFECTAÇÃO DE PATRIMÓNIO

ARTIGO 47º

Pode a Direcção no exercício das suas competências afectar, dinamizar e movimentar os bens do Clube em qualquer iniciativa ou empreendimento com a finalidade de promover a sua adequada rentabilidade e a angariação de meios com vista à prossecução das suas actividades.

SECÇÃO II

DAS RECEITAS

ARTIGO 48º

1 – As receitas do Clube classificam-se em Ordinárias e Extraordinárias.

[Handwritten signature]
14
-1

2 – Consideram-se receitas Ordinárias as que apresentam a característica de permanência no orçamento, tais como:

- a) O produto de cobrança de quotas, jóias, cartões de identificação, estatutos, jornais e publicidade;
- b) O produto de competições desportivas ou espectáculos de outra natureza;
- c) O rendimento das instalações do Clube e das actividades sociais e recreativas que nelas se efectuem;
- d) Juros ou rendimentos de quaisquer bens próprios;
- e) Outras não especificadas.

3 – Consideram-se receitas Extraordinárias as que não apresentam a característica de permanência no orçamento, tais como:

- a) O produto de donativos com carácter excepcional;
- b) Subsídios de qualquer natureza;
- c) Receitas com o reajustamento do quadro de atletas;
- d) Venda de bens desnecessários;
- e) Indemnizações recebidas;
- f) Outras receitas eventuais.

4 – É expressamente proibido proceder a qualquer angariação de fundos mediante donativos ou subscrições por intermédio de Sócios, individualmente ou constituídos em comissões, seja qual for o seu fim, sem prévia autorização da Direcção.

SECÇÃO III

DAS DESPESAS

ARTIGO 49º

1 – As despesas do Clube classificam-se em Ordinárias e Extraordinárias

2 – Consideram-se despesas Ordinárias:

- a) As relacionadas com a conservação das Instalações;


15/

- b) O pagamento de todas as despesas e encargos correntes;
- c) O pagamento de todas as despesas e encargos relacionados com as actividades administrativas, desportivas, culturais e recreativas;
- d) O pagamento de todas as despesas e encargos com as actividades e explorações comerciais efectuadas;
- e) Aquisição de instalações, equipamentos ou materiais necessários ao bom funcionamento do Clube;
- f) As contribuições e impostos, os prémios de seguros e os encargos financeiros;
- g) Outras não especificadas.

3 – Consideram-se despesas Extraordinárias:

- a) As despesas relativas a construções e reparações não correntes das Instalações;
- b) As remunerações por serviços eventuais;
- d) Outras não especificadas.

ARTIGO 50º

As despesas do Clube visam a realização de seus fins e manutenção das suas actividades.

ARTIGO 51º

As despesas ordinárias e extraordinárias do Clube não deverão exceder, anualmente, as receitas totais estimadas numa base prudente e ponderada salvo parecer favorável do Conselho Fiscal.

ARTIGO 52º

1 - A contabilização da gestão económico-financeira será efectuada de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística, com as adaptações que constem das normas contabilísticas respeitantes às actividades desportivas.

2 - As despesas do Clube visam unicamente a realização dos seus fins e a manutenção, directa ou indirecta, das respectivas actividades.

[Handwritten signature]
16
11

SECÇÃO IV

ORÇAMENTO

ARTIGO 53º

1 – A Direcção deverá organizar anualmente o projecto de orçamento ordinário respeitante a toda a actividade do Clube, submetendo-o para parecer ao Conselho Fiscal, divulgando-o os documentos aos senhores associados durante o mês de Dezembro.

2 – O orçamento ordinário será organizado de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística de forma a evidenciar a natureza das fontes de receita e aplicação das despesas.

3 – O orçamento ordinário deverá apresentar-se equilibrado.

4 – O orçamento ordinário poderá ser alterado por meio de orçamentos suplementares, os quais serão submetidos ao Conselho Fiscal.

SECÇÃO V

RELATÓRIO E CONTAS

ARTIGO 54º

A Direcção elaborará anualmente o Relatório de Gestão e as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas que deverão dar a conhecer, de forma clara e rigorosa, a situação económica e financeira do Sporting Clube da Cruz.

ARTIGO 55º

O ano económico tem início em um de Janeiro e termina em trinta e um de Dezembro.

CAPITULO VIII

ÓRGÃOS SOCIAIS

SECÇÃO I

DISPOSIÇÕES GENÉRICAS



ARTIGO 56º

Compõem os Corpos Sociais do Sporting Clube da Cruz os seguintes órgãos:

- a) Assembleia – Geral
- b) Direcção
- c) Conselho Fiscal

ARTIGO 57º

1 – Na orgânica do clube existem os Departamentos, Serviços, Secções e Comissões julgados indispensáveis ao seu bom funcionamento, podendo alguns deles possuir um carácter funcional autónomo, designadamente nas áreas desportivas, obras e melhoramentos, comercial e empresarial.

2 – A definição e os termos do regime de autonomia, cabe exclusivamente à direcção a quem periodicamente será dado a conhecer a actividade desenvolvida.

3 – A suspensão ou extinção dos Departamentos, Serviços, Secções e comissões autónomas compete igualmente à Direcção do Clube quando esta o achar oportuno e conveniente.

ARTIGO 58º

1 – Os membros dos Corpos Sociais são eleitos em Assembleia-Geral especialmente convocada para o efeito de entre os Sócios com mais de dezoito anos de idade, que estejam no pleno gozo dos seus direitos de associados e com mais de seis meses de filiação.

2 – Segue-se o sistema de apresentação de lista que inclua todos os órgãos dos Corpos Sociais.

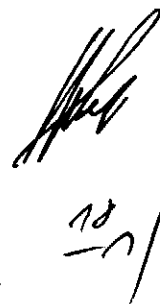
3 – Não serão admitidos a sufrágio, listas incompletas, considerando-se incompleta a lista em que falem nomes ou órgãos.

ARTIGO 59º

A duração dos mandatos dos membros dos Corpos Sociais do Sporting Clube da Cruz é de dois anos, com início a 1 de Junho.

ARTIGO 60º

1 - Os membros dos órgãos sociais devem cumprir e fazer cumprir os estatutos e regulamentos do Clube e exercer os respectivos cargos com a maior dedicação e exemplar comportamento cívico e moral.



2 - Os membros dos órgãos sociais são solidariamente responsáveis pelas deliberações destes, salvo quando hajam feito declaração de voto de discordância, registada na acta da reunião em que a deliberação for tomada ou na da primeira a que assistam, em caso de ausência comprovada daquela.

3 - A responsabilidade referida no número anterior cessa logo que em Assembleia Geral sejam aprovadas as deliberações adoptadas, salvo se vier a verificar-se terem sido tomadas com dolo ou fraude.

ARTIGO 61º

1 - O mandato cessa antecipadamente por morte, impossibilidade física, perda da qualidade de sócio, situação de incompatibilidade, renúncia ou destituição.

2 - Para além das situações expressamente previstas nestes estatutos, constituem causa de cessação do mandato da totalidade dos titulares do respectivo órgão social:

- a) Quanto à Direcção, a cessação do mandato da maioria dos seus membros eleitos;
- b) Quanto ao Conselho Fiscal, a cessação do mandato da maioria dos respectivos membros, depois de chamados os suplentes, se os houver, à efectividade;
- c) Quanto à Mesa da Assembleia Geral, a cessação do mandato dos respectivos Presidente e Vice-Presidente.

ARTIGO 62º

1 - A renúncia é apresentada ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, salvo se for este o renunciante, caso em que é apresentada ao Presidente do Conselho Fiscal.

2 - O efeito da renúncia não depende de aceitação e produz-se no último dia do mês seguinte àquele em que for apresentada, salvo se entretanto se proceder à substituição do renunciante.

3 - Todavia, se a renúncia, individual ou colectiva, constituir causa da cessação do mandato da totalidade dos membros do órgão, a renúncia só produzirá efeito com a proclamação da eleição dos sucessores.

ARTIGO 63º

1 - O mandato dos membros dos órgãos sociais é revogável, individual ou colectivamente, nos termos previstos na lei.

2 - A revogação do mandato dos membros da Direcção e do Conselho Fiscal depende de justa causa e é deliberada em Assembleia eleitoral, precedida de Assembleia comum que delibere convocar a primeira para o efeito, com indicação do membro ou membros dos órgãos do Clube cuja destituição será votada.

3 - A Assembleia Geral eleitoral destinada a pronunciar-se sobre a destituição será convocada para data não posterior a vinte e um dias sobre aquela em que houver sido tomada a deliberação de fazer votar a destituição.

4 - O processo para destituição cessa quanto ao visado ou visados que entretanto renunciem, produzindo nesse caso a renúncia efeito imediato, salvo o disposto no número 3 do Artigo anterior.

ARTIGO 64º

1 – Caso se verifique causa de cessação de mandato da totalidade dos membros da Direcção ou do Conselho Fiscal ou se, convocadas eleições para qualquer daqueles órgãos, não houver candidaturas, pode, no primeiro caso, e deve, no segundo caso o Presidente da Assembleia Geral designar uma comissão de gestão ou uma comissão de fiscalização, ou ambas, compostas por número ímpar de sócios efectivos com cinco anos de inscrição ininterrupta no Clube, para exercerem as funções que cabem respectivamente à Direcção e ao Conselho Fiscal, e que terão a competência de um ou de outro, conforme for o caso.

2 - Deve, no prazo de seis meses, ser convocada Assembleia Geral eleitoral para a eleição da Direcção, do Conselho Fiscal ou de ambos, conforme for o caso, cessando as funções da comissão que esteja em causa com a proclamação dos eleitos.

ARTIGO 65º

1 – Em caso de demissão conjunta dos Corpos Sociais, os novos Corpos Sociais eleitos completam o mandato dos Corpos Sociais demissionários e iniciam o novo mandato com a duração prevista no Artigo 59º destes Estatutos.

2 - Sem prejuízo do regime fixado nos presentes estatutos para os casos de cessação antecipada do mandato, os titulares dos órgãos sociais mantêm-se em funções até proclamação dos sucessores.

2 – Em caso de Demissão de qualquer dos Órgãos dos Corpos Sociais, o novo órgão eleito completará o mandato do Órgão anterior.

3 – Em caso de demissão do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, o Vice – Presidente do mesmo órgão assume as suas funções e competências, o que será lavrado em acta.

4 – Os pedidos de demissão são dirigidos ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral que decidirá sobre os mesmos.

SECÇÃO II

ASSEMBLEIA GERAL



ARTIGO 66º

A Assembleia Geral é constituída por todos os Sócios que se encontrem no pleno gozo dos seus direitos, a qual é soberana em todas as suas deliberações que não contrariem as presentes normas estatutárias e a Lei.

ARTIGO 67º

A Mesa da Assembleia Geral é composta por:

- Presidente
- Vice – Presidente
- Secretário

ARTIGO 68º

1 – Na ausência ou impedimento do Presidente, o Vice – Presidente assumirá as funções com plenitude de poderes e representação.

2 – Na ausência ou impedimento simultâneo do Presidente e Vice – Presidente, a Assembleia Geral iniciará os trabalhos sob a Presidência do Primeiro Secretário, o qual chamará para completar a Mesa da Assembleia Geral Sócios por si propostos e que recebam o apoio dos membros da Direcção presentes.

3 – A Assembleia Geral funciona com a presença na Mesa de três elementos, sendo para o efeito imperativo a presença de pelo menos um dos seus membros directamente eleitos.

ARTIGO 69º

A Assembleia Geral reúne em primeira convocação com a presença pelo menos de metade dos Sócios no pleno gozo dos seus direitos estatutários e, em seguida, com qualquer número destes Sócios.

ARTIGO 70º

1 – As deliberações das Assembleias Gerais serão tomadas por maioria de votos dos Sócios presentes em conformidade com os Estatutos, sem prejuízo de maiorias mais qualificadas exigidas por Lei.

2 – Em caso de empate o Presidente da Assembleia Geral tem o direito a voto de qualidade excepto em Assembleias Gerais Eleitorais.

[Handwritten signature]
21
-11

ARTIGO 71º

1. Compete exclusivamente à Assembleia Geral, além do mais que se encontre como tal consignado nos presentes estatutos e na lei:

- a) Alterar os estatutos do Clube e velar pelo seu cumprimento;
- b) Eleger e destituir os membros dos órgãos sociais;
- c) Fixar ou alterar, mediante proposta fundamentada, a importância das quotas e outras contribuições obrigatórias;
- d) Deliberar sobre a readmissão de sócios que tenham sido expulsos;
- e) Julgar os recursos que perante ela tenham sido interpostos;
- f) Conceder as distinções honoríficas que, nos termos estatutários e regulamentares, sejam de sua competência;
- g) Apreciar e votar o orçamento de receitas e despesas, com o respectivo plano de actividades para o ano económico, e os orçamentos suplementares que houver;
- h) Discutir e votar o relatório de gestão e as contas do exercício, bem como o relatório e parecer do Conselho Fiscal relativamente a cada ano económico,
- i) Autorizar, mediante proposta fundamentada da Direcção a alienação de bens imóveis ou móveis, bem como a constituição de garantias que onerem bens imóveis ou consignem rendimentos afectos ao Clube, verificadas as demais condições estatutárias e regulamentares.

2 - Salvo disposição em contrário da lei ou dos presentes estatutos, as deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria de votos dos associados presentes.

3 - A Assembleia Geral pode ainda pronunciar-se sobre qualquer outra matéria que lhe seja submetida pelo Presidente da Assembleia Geral, pela Direcção ou pelo Conselho Fiscal.

4 - A Assembleia Geral pode criar comissões para o estudo de quaisquer assuntos relevantes para as actividades do Clube, constituídas por sócios com capacidade eleitoral activa.

ARTIGO 72º

As reuniões das Assembleias Gerais são eleitorais e comuns e ambas podem ser ordinárias ou extraordinárias.


ARTIGO 73º

A Assembleia Geral comum funciona ordinariamente uma vez em cada ano, até ao dia 30 de Abril, para discutir e votar o relatório de gestão e contas do exercício findo e o competente relatório e parecer do Conselho Fiscal.

ARTIGO 74º

1 - Extraordinariamente, a Assembleia Geral comum reúne-se em qualquer data:

- a) por iniciativa do Presidente da Mesa da Assembleia Geral;


22
—

- b) a pedido da Direcção ou do Conselho Fiscal;
- c) a requerimento de 30 sócios efectivos, no pleno gozo dos seus direitos, desde que depositem na tesouraria do Clube a importância necessária para cobrir as despesas inerentes.

2 - No caso da alínea c), a Assembleia não pode reunir sem a presença de 25 sócios requerentes.

ARTIGO 75º

Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral:

- a) Convocar e presidir às sessões da Assembleia Geral.
- b) Assegurar o bom funcionamento das sessões da Assembleia Geral.
- c) Estabelecer a Ordem de Trabalhos.
- d) Assinar, conjuntamente com pelo menos mais dois elementos da Mesa da Assembleia Geral, as actas respectivas.
- e) Conferir posse aos Sócios eleitos para os diferentes Órgãos, assinando com eles os respectivos autos de posse.
- f) Garantir o cumprimento integral das disposições estatutárias.
- g) Representar o Clube em qualquer acto oficial ou particular que, pela sua dignidade, justifique a sua presença.

ARTIGO 76º

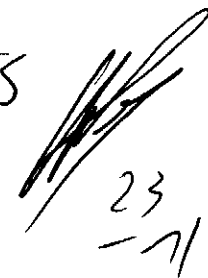
Os membros da Mesa da Assembleia Geral reúnem sempre que o presidente da mesma o entenda necessário na defesa dos interesses do clube.

SECÇÃO III

DIRECÇÃO

ARTIGO 77º

A Direcção é o Órgão ao qual compete assegurar a gestão e administração do Clube em todos os domínios da sua actividade nos termos da Lei e dos presentes Estatutos.


23
-11

ARTIGO 78º

1 – A Direcção executiva é constituída por Nove elementos:

- Presidente
- Vice – Presidente Área Desportiva
- Vice – Presidente Área Cultural e Recreativa
- Vice – Presidente Área Administrativa, Financeira e Património
- Secretário – Geral
- Secretário Desportivo
- Tesoureiro
- Vogal
- Vogal

2 – A composição da Direcção poderá incluir também outros membros na qualidade de Directores de secção, necessários à boa administração do Clube, no máximo de um director por cada equipa de futebol mais um por cada secção desportiva ou cultural que poderão ser eleitos ou nomeados pela direcção executiva sendo o número total limitado a dezanove elementos.

3 – Os Directores terão funções que o Presidente da Direcção lhes atribuir.

4 – O Presidente da Direcção poderá suspender ou demitir qualquer membro da Direcção sempre que o entenda necessário para assegurar o bom funcionamento da vida do Clube.

5 – O Presidente da Direcção pode ainda permutar de funções qualquer membro do elenco directivo sempre que o julgue adequado.

6 – A Direcção encontra-se em regular funcionamento e no exercício das suas competências enquanto estejam em funções, pelo menos, metade dos seus membros eleitos em Assembleia Geral, cuja tomada de posse se tenha efectuado, sendo um deles obrigatoriamente o seu Presidente.

ARTIGO 79º

São atribuições da Direcção, com excepção das competências atribuídas a outros Órgãos e membros dos Corpos Sociais, todos os actos de gestão e administração, designadamente os seguintes:


24
-1

- a) Cumprir e fazer cumprir as decisões da Assembleia Geral, os Estatutos e outros regulamentos internos da vida do Clube.
- b) Zelar pelos interesses do Clube e superintender em todos os serviços e actividades.
- c) Deliberar sobre propostas de admissão de Sócios.
- d) Autorizar a mudança de categoria de Sócios nos termos estatutários.
- e) Exercer os poderes que lhe são conferidos nas secções IV e V do Capítulo VI dos presentes Estatutos.
- f) Possibilitar ao Conselho Fiscal a verificação e análise dos elementos contabilísticos e demais documentos que lhe sejam solicitados pelo Presidente daquele Órgão.
- g) Outorgar quaisquer tipos de contratos em nome do Clube no âmbito dos seus poderes salvo quanto à venda de património que, neste caso específico, depende sempre de deliberação da Assembleia Geral.
- h) Solicitar a convocação da Assembleia Geral sempre que o considerar necessário aos interesses do Clube.
- i) Apresentar anualmente o Relatório de Gestão e as contas do Clube ao Conselho Fiscal para parecer e subsequente apreciação em Assembleia Geral.
- j) Admitir, dispensar pessoal e determinar-lhe as funções, categorias e remunerações e exercer sobre o mesmo o poder disciplinar;
- l) Representar o Clube nos órgãos associativos e federativos ou delegar a mesma representação em sócios de reconhecida idoneidade.
- m) Planear e estabelecer a orçamentação das receitas e despesas anuais do Clube.
- n) Autorizar a utilização das Instalações do Clube por Sócios, terceiros ou quaisquer entidades, a título gratuito ou oneroso, quando o fim não seja respeitante às actividades do Sporting Clube da Cruz.
- o) As demais estipuladas nestes Estatutos e outras não especificadas, cujas competências não estejam previstas nestes Estatutos.

ARTIGO 80º

O Sporting Clube da Cruz obriga-se em todos os seus actos e contratos decorrentes da gestão e administração do Clube com a assinatura de três membros da direcção sendo que a assinatura do Tesoureiro, ou do Presidente ou do vice-presidente administrativo e financeiro é sempre obrigatória.


25
-1/

ARTIGO 81º

1 - A Direcção é solidariamente responsável pelos actos da gestão e administração da sua competência exclusiva.

2 - Serão excluídos da responsabilidade colectiva da Direcção, em qualquer acto praticado, os membros que tiverem feito em acta declarações circunstanciais do motivo porque o rejeitaram.

ARTIGO 82º

1 - As reuniões da Direcção terão a periodicidade mensal e sempre que qualquer circunstância o justifique.

2 - As reuniões de Direcção serão sempre convocadas pelo seu Presidente ou pelo secretário por ordem do Presidente o qual estabelece a Ordem de Trabalhos.

3 - As reuniões da Direcção serão lavradas em acta.

4 - Sempre que o presidente o entenda ou o assunto a tratar o justifique, podem ser convocados para participar nas reuniões da Direcção Executiva os demais directores de secção, a título consultivo.

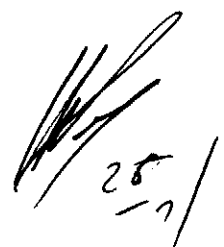
ARTIGO 83º

Ao Presidente da Direcção compete ainda, para além dos poderes já atribuídos pelos presentes Estatutos, o seguinte:

- a) Dirigir e orientar as reuniões da Direcção;
- b) Representar o Clube em todos os actos e cerimónias, sem prejuízo daqueles em que a representação caiba ao Presidente da Assembleia Geral, podendo, no entanto, delegar noutro membro da Direcção essa representação;
- c) Estabelecer a orientação geral e administração do clube, coordenando toda a actividade global da Direcção;
- d) Outros da exclusiva competência da Direcção e que por esta lhe sejam directamente delegadas.

SECÇÃO IV

CONSELHO FISCAL


25/

ARTIGO 84º

O Conselho Fiscal é o órgão ao qual compete acompanhar, verificar e fiscalizar todas as actividades do Clube com especial incidência nas áreas administrativas, financeiras, disciplinar e de contencioso.

ARTIGO 85º

1 – O Conselho Fiscal é composto por:

- Presidente
- Vice – Presidente
- Secretário

2 – O Conselho Fiscal encontra-se em regular funcionamento e no exercício das suas atribuições enquanto estejam em funções pelo menos dois dos seus membros eleitos, cuja tomada de posse se tenha efectuado, sendo um deles obrigatoriamente o seu Presidente ou Vice- Presidente.

3 – O Conselho Fiscal reúne sempre que o seu Presidente o determinar.

ARTIGO 86º


Para além dos poderes conferidos nos presentes Estatutos compete ainda ao Conselho Fiscal, designadamente, o seguinte:

- a) Examinar a contabilidade do Clube e confirmar a sua exactidão;
- b) Conferir os balancetes periódicos;
- c) Analisar e verificar a legalidade e autenticidade de todos os contratos onde o Clube seja parte outorgante;
- d) Acompanhar e dar parecer em matéria disciplinar e contenciosa do foro interno do Clube sempre que solicitado.

ARTIGO 87º

1 – As deliberações e pareceres do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria dos membros presentes, tendo o seu Presidente voto de qualidade.

2 – O Presidente do Conselho Fiscal representa o órgão em tudo o que seja necessário.


22
-11/

ARTIGO 88º

O Presidente do Conselho Fiscal tem o direito de assistir às reuniões da Direcção do Clube.

CAPITULO IX

PROCESSO ELEITORAL

SECÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 89º

A organização do Processo Eleitoral compete à Mesa da Assembleia Geral que deve:

- a) Marcar a data da Assembleia Geral Eleitoral;
- b) Convocar a Assembleia Geral Eleitoral;
- c) Verificar a legalidade das candidaturas;
- d) Promover a distribuição e publicitação das listas candidatas aceites.

ARTIGO 90º

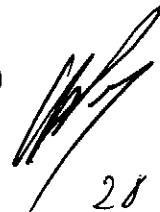
1 – A Assembleia Geral Eleitoral realizar-se-á até quinze dias antes do termo do mandato dos Corpos Sociais anteriores.

2 – A posse dos novos Corpos Sociais será conferida entre o último dia do anterior mandato e os quinze dias seguintes.

3 – Até a tomada de posse os Corpos Sociais do mandato anterior mantêm-se em funções.

ARTIGO 91º

1 – A convocatória da Assembleia Geral Eleitoral deverá ser feita com antecedência de quinze dias por meio de avisos, fixados na sede do clube e nas instalações desportivas e outras formas de divulgação pública consideradas adequadas, nomeadamente a publicitação no site do clube e convocatórias enviadas aos associados, preferencialmente por correio electrónico.


28
-1/

2 – A partir da data da convocatória da Assembleia Geral Eleitoral está aberto o período eleitoral.

SECÇÃO II

CANDIDATURAS

ARTIGO 92º

1 – As listas candidatas têm que ser subscritas por, pelo menos, trinta sócios maiores de 18 anos e no pleno gozo dos seus direitos.

2 – Os Sócios subscritores das listas candidatas podem ser, simultaneamente, candidatos a qualquer dos órgãos dos Corpos Sociais.

3 – Os Sócios subscritores devem estar identificados pelo nome, número de Sócio e respectiva assinatura de forma bem legível.

ARTIGO 93º

1 – As listas candidatas aos órgãos dos Corpos Sociais são apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, onde deve constar, de forma legível, o nome e número dos Sócios candidatos.

2 – As listas candidatas serão acompanhadas de uma declaração de anuência à candidatura por parte dos Sócios que as integram.

3 – As listas de candidatura terão que ser entregues até cinco dias úteis antes da data marcada para a Assembleia Geral Eleitoral, e é-lhe atribuída uma letra identificativa por ordem de entrada.

4 – Caso não apareçam listas candidatas aos Corpos Sociais ou nenhuma das listas proposta reúna os requisitos previstos nestes Estatutos para submissão a sufrágio, pode o Presidente da Mesa da Assembleia Geral nomear directamente os Presidentes de cada um dos órgãos dos Corpos Sociais do Clube, que, por sua vez, escolhem os restantes membros de cada órgão, tendo todos eles de estarem em condições de legalidade.

ARTIGO 94º

1 – A Mesa da Assembleia Geral apreciará eventuais irregularidades das listas candidatas.

2 – Detectadas irregularidades, sendo estas sanáveis, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral contactará o primeiro Sócio subscritor proponente no sentido da regularização da mesma.

3 – A correcção das eventuais irregularidades terá de estar resolvida quarenta e oito horas antes do início da Assembleia Geral Eleitoral.



ARTIGO 95º

1 – A Direcção do Clube providencia que os boletins de voto com as listas admitidas a sufrágio sejam impressos e prontos até vinte e quatro horas antes da data marcada para a Assembleia Eleitoral, de modo a poderem ser verificados pelos delegados das listas.

2 – As boletins de voto devem ser impressos em papel branco, liso, sem marcas ou sinais externos e de formato rectangular A5, tendo escrito o nome do clube, assembleia geral eleitoral e data, seguindo-se as respectivas listas identificadas por ordem alfabética, contendo á frente de cada uma delas um quadrado para ser exercido o voto.

3 – No caso de haver só uma lista o boletim de voto deve conter as opções de voto SIM ou NÃO.

SECÇÃO III

ACTO ELEITORAL E VOTAÇÃO

ARTIGO 96º

1 – No momento da votação, os Sócios deverão inscrever-se previamente no livro de presenças depois de devidamente identificadas e verificada a sua legalidade para exercer tal direito.

2 – No livro de presenças deve ser inscrito o nome e número de Sócio com a respectiva assinatura.

ARTIGO 97º

1 – O voto é secreto.

2 – O voto é pessoal.


3 – Não é permitido o voto por correspondência.

4 – Não é permitido o voto por procuração.

ARTIGO 98º

1 – A Mesa da Assembleia Geral coordenará o acto eleitoral.

2 – O acto eleitoral terá a presença obrigatória de pelo menos um delegado por cada lista concorrente com a missão de acompanhar e fiscalizar o mesmo.


30
— 7/

3 – Os delegados das listas terão de ser Sócios subscritores da mesma.

ARTIGO 99º

O acto eleitoral decorre durante um período mínimo de três horas do dia marcado.

ARTIGO 100º

1 – Após o fecho do acto eleitoral, procede-se à contagem dos votos à elaboração da acta com os resultados finais.

2 – Serão considerados nulos os votos com rasuras ou qualquer anotação.

3 – A acta com os resultados finais será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral e pelos delegados das listas concorrentes presentes na contagem dos votos.

4 – É declarada vencedora a lista candidata que obtenha o maior número de votos válidos.

ARTIGO 101º

1 – Pode ser apresentado recurso por parte legítima com fundamento em irregularidades surgidas no decorrer do processo eleitoral, no prazo de 48 horas.

2 – O recurso será apresentado ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral que apreciará e decidirá da procedência do mesmo, comunicando por escrito a respectiva tomada de decisão, no prazo máximo de três dias.

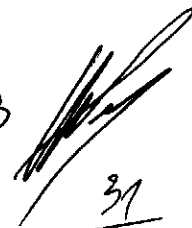
3 – Tal decisão será igualmente afixada nas instalações do Clube e locais públicos habituais de informação nomeadamente na sede e instalações desportivas do Sporting Clube da Cruz.

CAPITULO X

DISSOLUÇÃO

ARTIGO 102º

1 – A dissolução do Sporting Clube da Cruz só se poderá verificar por deliberação da Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito e desde que votada por, pelo menos, três quartos dos Sócios presentes.


31

2 – A direcção deve definir anteriormente à realização da Assembleia Geral, com pelo menos oito dias de antecedência, os termos em que a dissolução se poderá efectuar, não podendo em caso algum os bens do clube ser distribuídos pelos Sócios.

CAPITULO XI

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 103º

1 – Os presentes Estatutos só poderão ser alterados por deliberação da Assembleia Geral.

2 – Bastará o voto favorável de três quartos dos Sócios presentes para aprovação de quaisquer alterações.

ARTIGO 104º

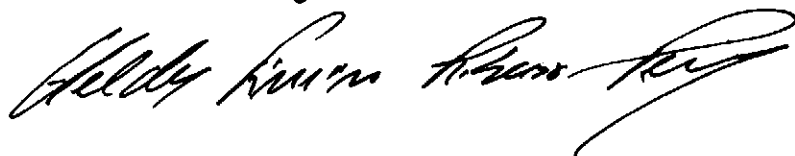
1 – Os presentes Estatutos poderão ser complementados por regulamentação específica no âmbito de acção de cada órgão.

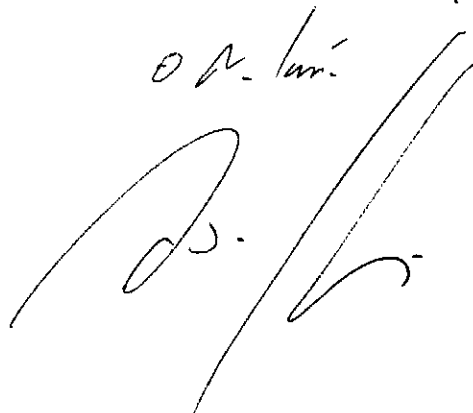
2 – Cada Departamento, Serviço, Secção ou Comissão existente poderá também incluir, na área restrita da sua actividade, regulamentos próprios de funcionamento interno, os quais, porém, terão de ser devidamente ratificados pela Direcção do Clube.

ARTIGO 105º

1 – Estes Estatutos entram em vigor no primeiro dia do mês imediato ao mês da sua aprovação em Assembleia Geral realizada para o efeito.

2 – Estes Estatutos revogam os Estatutos anteriores.

• 

• 
O A. Lari